

Congresso contrata menores carentes do DF

■ O novo 'Trem da Alegria' da Câmara dos Deputados recebe muitos elogios por ter 70 adolescentes como seus 'passageiros'

Gilberto Alves

MARGARETE VITÓRIA

Finalmente um *Trem da Alegria* diferente, alegre e útil invade o Congresso Nacional. E o que é melhor: desta vez ninguém reclamou - foram só aplausos. É que não se trata de contratações por baixos dos panos para beneficiar parentes de deputados e senadores, o que várias vezes já arranhou a imagem do parlamento brasileiro. Dessa vez, os menores carentes do Distrito Federal é que se enturmaram nos corredores e gabinetes da instituição. Eles são os mais novos funcionários da casa e estão sendo chamados de os *Mensageiros do Congresso*, embora trabalhem exclusivamente para a Câmara dos Deputados.

Graças ao projeto Pró-Adolescente, da Associação dos Aposentados da Câmara dos Deputados (APA), 70 jovens brasileiros entre 14 e 17 anos, estão desempenhando serviços administrativos nos 30 departamentos do Congresso e nas lideranças de partidos, desde meados de junho. Eles atendem telefones, levam e buscam documentos e projetos dos representantes políticos do país, entregam papéis nos diversos setores da instituição, mas são proibidos de transportar valores. O projeto prevê vagas para até 200 menores ainda este ano.

"É uma colaboração para diminuir o problema do menor carente no país", afirma Jolimar Corrêa Pinto, presidente da APA, para quem o somatório de iniciativas semelhantes pode significar novas oportunidades de vida. A proposta foi feita à presidência da Câmara no ano passado e aprovada recentemente pelo atual presidente da casa, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que apreciou a iniciativa. Com a mesma pompa característica de todas as solenidades, ele deu posse aos menores no final do mês, no Salão Negro do Congresso Nacional, fazendo um discurso re-

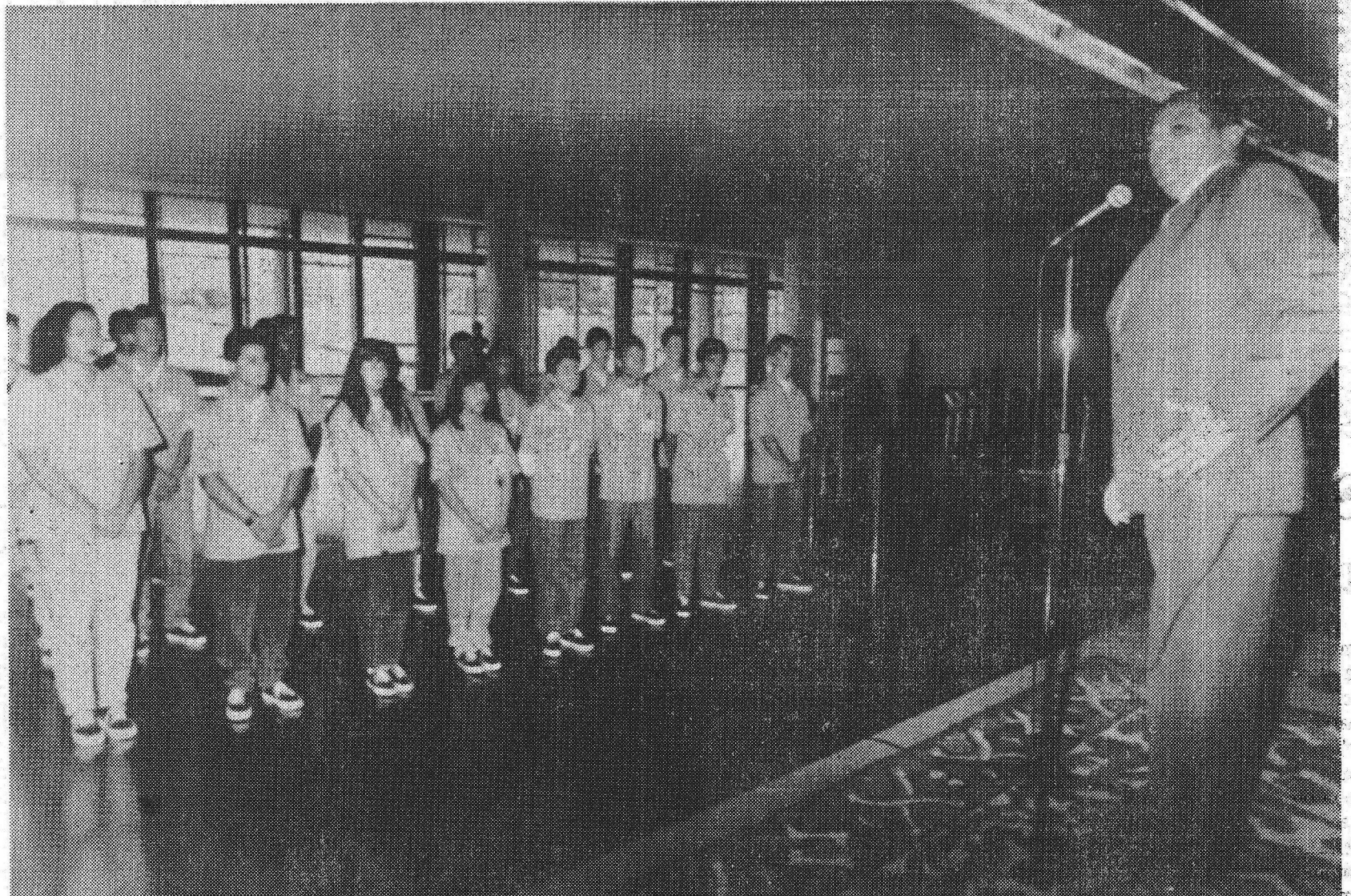
pleto de soluções para os poços de crianças carentes no Brasil.

Os *Mensageiros do Congresso* foram selecionados com base em alguns critérios determinados no convênio entre a Câmara e a APA para a implantação do projeto. Os menores contratados devem ter renda familiar de, no máximo, cinco salários mínimos mensais, já terem cursado até a quinta série e freqüentar a escola regularmente. De três em três meses, terão que apresentar um comprovante de aproveitamento escolar assinado por suas respectivas diretoras.

"Queremos incentivar os meninos a continuarem na escola, em vez de abandonarem os estudos para trabalhar" diz Jolimar. A reprovação pode implicar em demissão "do cargo ou perda do mandato", brinca. Os menores cumprem uma carga horária de quatro horas, em turnos vespertinos e matutinos e recebem um salário mínimo por mês, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e da CLT.

Todos os mensageiros terão os contratos rescindidos quando completarem 18 anos. Antes de começarem a trabalhar, fazem um curso de treinamento na coordenação de seleção e treinamento da Câmara dos Deputados, onde aprendem como funciona a instituição.

Vestidos com o uniforme do grupo — calça jeans, tênis azul, jaleco marrom e crachá no bolso, os mensageiros deram o primeiro passo na nova profissão e começaram a desbravar as centenas de salas, corredores, comissões e gabinetes do parlamento. Apesar de todos morarem na capital federal há muitos anos, o Congresso Nacional era para eles tão inacessível quanto para estrangeiros; não passava de um belo cartão postal na vitrine de uma papelaria. A maioria dos meninos nunca havia entrado na Casa.



Os 70 adolescentes foram recebidos pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, e farão trabalhos internos nos gabinetes dos deputados